

O SABER-FAZER E SER PESCADOR ARTESANAL: A produção territorial da Colônia São Pedro de Jaramataia – Alagoas

Matteus Freitas de Oliveira¹
João Lúcio de Moraes Gomes Netto²
Carlos Eduardo dos Santos Vieira³

Resumo

Este artigo objetiva analisar o processo de formação do espaço que hoje é conhecido como Povoado de São Pedro II, anteriormente chamado de Acampamento de Baixo, onde fica situado o maior açude construído pelo Departamento Nacional de Obras Contra a Seca no estado de Alagoas. Para tanto, foram realizadas coletas de dados primários e secundários, por meio da pesquisa participante e aplicação de questionários e entrevistas que foram associados à revisão de literatura sobre a pesca artesanal no Brasil. Percebemos que a ação do Estado, enquanto modelador do espaço, foi o grande incentivo para o surgimento desta comunidade ao mesmo passo que evidenciamos a dinâmica da população excluída que migrou para o entorno do açude em busca de oportunidades e gerou a complexidade da ocupação histórica que evoluiu entre as décadas de 60 até os dias atuais, engendrando as múltiplas identidades na dialética relação terra e água.

Palavras-chave: Pesca artesanal, Territorialidade, Jaramataia.

Introdução:

O estado de Alagoas possui uma relevante geografia das águas, limitando-se a leste com Oceano Atlântico, a oeste com o Rio São Francisco e ao sul encontra-se a foz onde mar e rio se tocam-se formando um delta. Em bases cadastrais, cerca de 37 colônias de pescadores estão descritas no banco de dados da Secretaria de Estado da Pesca e Aquicultura (2017), todas marcadas pela tradicionalidade das atividades extrativistas e pela sobrevivência às margens dessas geografias das águas doces e salgadas. Dentre estas, cravada no domínio do Sertão em transição com o Agreste, encontra-se a Comunidade São Pedro às margens do maior lago continental do estado na sub bacia do Traipu, conhecido como Açude de Jaramataia, criado pelo Departamento Nacional de Obras Contra a Seca –DNOCS, com início da obra no ano de 1962 e sua finalização em 1967, com capacidade de 19.000 m³ em 340 hectares. Considerando este panorama, as atividades tradicionais ligadas à água devem

¹ Professor Mestre em Geografia POSGEO/UFBA do Instituto Federal de Alagoas, Campus Batalha, e-mail: matteusfreitas@gmail.com

² Discente do Ensino Médio Integrado ao Técnico em Agroindústria do Instituto Federal de Alagoas, Campus Batalha, e-mail: lucio.morais101@gmail.com

³ Discente do Ensino Médio Integrado ao Técnico em Agroindústria do Instituto Federal de Alagoas, Campus Batalha, e-mail: eduardovieira977@gmail.com

merecer destaque, já que o estado de Alagoas possui uma interação simbólica e sistêmica com os recursos hídricos.

Segundo Chagas (2012), na década de 60 a Bacia Leiteira de Alagoas, na qual o município de Jaramataia encontra-se situado, foi marcada por ações afirmativas da importância produtiva de criação de gado leiteiro. Neste contexto, com a presença do açude como novo conteúdo espacial, foi adicionada a produção pesqueira para aproveitamento do espelho d'água que atraiu uma população migrante do seu entorno, a qual via no açude a oportunidade de sobrevivência, já que a produção de leite era/é uma atividade marcada pelo *status quo* burguês rural, restava-lhes, somente, as atividades agrícolas de subsistência; porém até o acesso à terra para essas atividades lhes eram negado.

A ação do Estado na implementação de uma obra de alto impacto foi ressignificada por meio da apropriação do espaço pelos migrantes intra e intermunicipal, tensionando as relações entre os proprietários de terras beneficiados pela obra que asseguraria o abastecimento de suas propriedades para manutenção da criação do gado. O Estado aprofundaria o seu jogo duplo com o uso de verbas gigantescas e parcerias com os agentes hegemônicos rurais e o grupo de migrantes que posteriormente se organizou no formato de uma colônia de pescadores.

Diante desse contexto, objetivou-se, com esta pesquisa, compreender a produção territorial da Colônia de pescadores São Pedro por meio das múltiplas ações e estratégias dos agentes sociais rurais ali presentes. Paralelamente a essa verificação, foi possível observar as relações dos pescadores com a terra e a água no saber, fazer e ser pescador e pescadora, identidades “pescadas” com muito esforço da água para a terra e reelaboradas da terra para água, construídos na dialética do cotidiano entorno da identidade territorial de pescador.

Para dialogar com nossa pesquisa acionamos Germani (2006) que junto com Santos (2010) discutem os agentes sociais que produzem e/ou se apropriam do espaço rural. Para contribuições acerca dos modos de vida, identidades territoriais e cotidiano, nos baseamos nos estudos de Kuhn (2009), Rios (2013 e 2016) e Alves (2014) que pontuam considerações em comunidades de pesca artesanal no espaço baiano.

Neste trabalho, a aproximação de teoria e empiria foi uma estratégia constante, visando o aproveitamento da aproximação dos sujeitos de pesquisa. Em todas as fases, iniciada em 2016, mantivemos um relacionamento mútuo entre pesquisador e pesquisados, aprofundando laços de confiança e solidariedade. As descobertas da realidade local se deram

por meio daqueles que vivem no próprio povoado, que participaram respondendo questionários, entrevistas além de observações da dinâmica da comunidade em dias comuns, em reuniões deliberativas, eventos de lazer e religiosos e nas praticas extensionistas semanalmente construídas.

Esta pesquisa se torna relevante na medida em que possibilita a visualização da pesca em açudes no estado de Alagoas cujas publicações ainda não foram encontradas. Dentro do recorte do Sertão alagoano, as pesquisas sobre pesca artesanal estão centradas na importância do Rio São Francisco, em seu baixo curso, na efetivação das identidades de comunidades ribeirinhas como as localizadas em pesquisa em Pão de Açúcar e Olho D'água do Casado realizadas, por Silva (2015) e Peixoto (2011). Por outro lado, o destaque para esse tipo de atividade extrativista recebe maior atenção quando se trata da pesca artesanal marinha com diversos trabalhos realizados pelo grupo de pesquisa Núcleo de Estudos Agrários e Dinâmicas Territoriais (NUAGRÁRIO), vinculado ao Instituto de Geografia e Meio Ambiente da Universidade Federal de Alagoas (IGDEMA/UFAL) com os trabalhos de Almeida et al (2013) que se debruçam na realidade da orla de Jaraguá em Maceió-AL e Veras (2015) que analisa, em outra escala mais regional, o fenômeno no litoral norte do estado.

Observando esta lacuna, o grupo de pesquisa Desenvolvimento e Sustentabilidade no Sertão de Alagoas Vinculado ao Instituto Federal de Alagoas/Campus Batalha se propôs a investigar sobre o cotidiano dessa colônia nascida na beira de um açude federal que impulsionou a geração de um novo município, Jaramataia, concomitante a essa obra. Mais que uma pesquisa sobre comunidades tradicionais ligadas à água essa é uma ação política territorial identitária de reivindicação de espaço, para além do geográfico, literário científico, já que existe certo esquecimento da realidade sertaneja num estado historicamente agrariopecuarista.

O Sertão Alagoano vem sendo desnudado com a interiorização dos Institutos Federais desde o governo Lula, possibilitando o conhecer e se auto conhecer por meio de pesquisas e ações extensionistas, abarcando inúmeras temáticas e realidades rurais/urbanas dentro dessa região esquecida. Se por um lado temos o discurso do Nordeste brasileiro como uma região de esquecimento, queremos divulgar e dialogar sobre esquecimentos outros dentro dessa unidade que foi invisibilizada, como nos alerta Foucault (2011) ao detalhar esses outros espaços e suas heterotopias.

A bifurcada complexidade da produção espacial: a construção do açude, a produção do município e a chegada dos migrantes

A reconstrução da história local é uma tarefa muito significativa para os historiadores, sendo um recurso metodológico para além das ciências humanas. A associação dos eventos e fatos, suas temporalidades e formas espaciais se constituem num desafio para compreensão das formas e processos que se desdobram no presente. Por isso é nosso objetivo remontar por meio da história, os agentes e processos que desencadearam a ocupação da área conhecida como Povoado São Pedro, para compreensão do cotidiano atual, fazendo necessário, assim como as rendeiras da comunidade, tecer uma parte de considerações desse contexto complexo.

A história do Povoado de São Pedro, também conhecido como “Acampamento de Baixo”, confunde-se e mistura-se com a história de emancipação política do município de Jaramataia que antes pertencia ao município de Batalha. Os impactos socioespaciais da construção do açude de Jaramataia, efetivados pelo DNOCS, foi a mola propulsora para o vetor de crescimento da comunidade, que viu no espelho d’água a possibilidade de sobrevivência no Sertão de Alagoas no contexto da década de 60. De acordo com o DNOCS (2016), o açude de Jaramataia iniciou sua construção em 1962, mesmo ano da sua emancipação política, finalizando a obra em 1967. Conforme explicitado pelo cronista Cargas (2012), “foi o açude de Jaramataia quem impulsionou a hoje cidade do mesmo nome que fica entre o Sertão e o Agreste, entre Santana do Ipanema e Arapiraca, fazendo surgir uma comunidade de exímios pescadores”.

Dos 22 açudes construídos em Alagoas, segundo o DNOCS (2016), o de Jaramataia é o maior, possuindo 340 hectares e tem capacidade para armazenar mais de 19 milhões de metros cúbicos de água em seu estágio de saturação, com volume morto estimado em 2.850 metros cúbicos, tendo seu uso indicado para piscicultura e/ou para suprir as necessidades dos animais nos longos períodos de estiagem. Desde que o reservatório foi criado, ele tem sido uma das principais fontes de renda das famílias jaramataienses, sobretudo, os colonos, visto que sua inauguração se deu cinco anos depois da cidade ter sido emancipada.

Para compreender essa produção nos utilizamos da teoria dos agentes produtores pela qual Santos e Silva (2010) explica que o espaço rural pode ser analisado a partir do

entendimento dos principais agentes que, numa determinada escala, reconstróem cotidianamente o espaço do campo, definindo formas específicas de apropriação dos territórios.

O estudo do rural deve preocupar-se com o espaço construído pela ação de determinados agentes sociais que, cotidianamente, reconstróem esse rural e provocam mecanismos de reapropriação territorial. Esses agentes remodelam os espaços da agricultura, da pecuária, da pesca, do turismo rural, entre outros, em busca de realização de seus objetivos.

Assim, quando admitimos que o espaço é dinâmico, estamos definindo-o de acordo com a concretização de um amplo sistema de ações que integrado aos sistemas de objetos resultam na sua construção e organização (SANTOS, 1996).

Durante todo o processo desencadeado na sua vida social, o homem produziu/produz sistemas de objetos e sistemas de ações que garantem a construção e reconstrução do espaço onde a tendência à homogeneização é fortemente assinalada pela generalização da ação na lógica da ampliação da reprodução do capital, ou seja, no capitalismo os agentes hegemônicos tendem a reproduzir – em todos os lugares, territórios e regiões – a mesma lógica. Porém, é justamente a resistência de outros agentes a essa homogeneização que criam as condições de diferenciação espacial.

Na Comunidade de São Pedro, em Jaramataia-AL, podemos identificar como principais agentes modeladores do espaço rural o Estado, os Pescadores Artesanais, Proprietários de Terras, Atravessadores e Pequenos Agricultores. Germani (2010) destaca a ação do Estado no que se refere à produção e especulação do espaço, em virtude de suas políticas territoriais, desde diferentes escalas de atuação, quanto dimensão e área.

Tendo o Estado como agente produtor desse espaço, segundo Germani (2010), na implementação de obras gigantescas, viabilizadas graças ao uso de aparelhagem sofisticada, o município de Jaramataia também recebeu, nesse pacote de transformações, incentivos para assumir um modo de vida ligada à água, como ação planejada de maneira estatal. A intenção do Estado na criação do espelho d'água não era apenas a manutenção do gado leiteiro em longos períodos da estiagem, mas oferecer complexidade à produção rural no sertão alagoano, colocando o peixe para diversificar a produção que estava restrita apenas a cadeia do leite, já que Jaramataia é um dos 11 municípios que compõe a Bacia Leiteira do Estado sendo esta a materialização do *status quo* burguês rural sertanejo alagoano, detentores dos meios de

produção, e entre eles, a terra que se encontrava restrita para os pequenos produtores os quais vendiam sua condição de trabalho ao sistema de semi escravidão e de relações coronelistas.

Podemos então dizer que o processo de emancipação de Jaramataia está ligado às intervenções governamentais, verificadas a partir das ações do DNOCS, que mantém até os dias atuais uma base para testes de água e produção de alevinos os quais alimentam a sub-bacia de Traipu, além de dispersar sua produção em toda escala de atuação da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF.

Tratando mais especificamente do povoado São Pedro, toda a sua formação ocorreu em função do reservatório de água, pois, segundo algumas entrevistas, a ocupação do local se deu no início da década de 70, quando duas famílias saíram de Arapiraca, e vieram morar onde hoje fica o povoado de São Pedro. Além desses vieram migrantes de Igaci, Major Izidoro, Girau do Ponciano, e dos povoados que cercam a nossa área de estudo como Igrejinha, Fazenda Nova e Serra das Mãos (esses três últimos povoados pertencentes a Jaramataia).

A mística do topônimo do Povoado São Pedro

Apesar do nome Povoado de São Pedro, nossa área de estudo é mais conhecida por Acampamento de Baixo, justamente pela dinâmica de ocupação irregular que ocorreu com a migração parcial para área. De acordo com as imagens de satélite disponibilizadas na plataforma Google Earth (2016) como pode ser observado na Figura 01, em 1969, dois anos após a inauguração do açude, seu espelho d'água apresentava um considerável volume, o que atraiu dezenas de migrantes, desprovidos de políticas públicas para permanência do homem no campo, um cenário muito comum no país, segundo Sene (2012), na transição das décadas de 60 e 70, sobretudo no Nordeste, a região rotulada como espaço de misérias.

Na tentativa de se sedentarizar, parcialmente, esses migrantes construíram algumas barracas de plástico que posteriormente foram trocadas por palhas, onde permaneciam para se proteger da insolação ou do frio da brisa noturna. Em virtude da quantidade de barracas, chamadas por estes de “acampamentos”, o local que atualmente é chamado de São Pedro, tornou-se conhecido como Acampamento de Baixo, por estar situado no terço inferior do terreno, próximo às margens do açude.

Ainda não sabemos os detalhes da tentativa da troca do nome por um topônimo católico, mas Kuhn (2009) em suas pesquisas de campo, envolvendo a observação do cotidiano desses grupos, percebeu que “a religiosidade, [que é uma] característica de comunidades tradicionais, também é um elemento marcante na definição da pesca artesanal.” (KUHN, p.9, 2009). Sendo assim, a escolha do santo para festejos da capela relaciona-se à história bíblica do apóstolo Pedro, de acordo com a tradição cristã católica.

Figura 01: Comparativo do espelho d’água após a construção do açude em 1969 e em 2016.



FONTE: Google Earth <<https://www.google.com.br/intl/pt-PT/earth/explore>> acesso 11/12/2016.

Assim, como os colonos, Pedro vivia em torno das atividades pesqueiras e essa característica aproxima a religião a uma prática produtiva, gerando as concepções místicas presentes na área, tão discutidas por Diegues (2004). Em observação de campo, pudemos verificar que na maioria das casas dos colonos a devoção católica está presente, por meio de imagens, fotografias e objetos sacros fundamentando nossa percepção sobre o nome institucional do povoado que visa substituir o passado do acampamento.

A produção espacial da Colônia: a pesca e a sobrevivência

Como já foi discutido na seção anterior, os primeiros adensamentos iniciaram-se por volta da década de 70 e as construções habitacionais possuíam padrão muito irregular e de risco, ver Torres (2000). Os migrantes, em sua grande maioria, eram oriundos de localidades circunvizinhas, e atraídas pela maior lâmina de água continental do estado, viram nos alevinos lançados inicialmente pelo DNOCS a possibilidade de sobrevivência.

De acordo com os relatos de moradores antigos:

Não existia ainda esse povoado, era só duas 'casinha' somente 'nera?'... tinha uma casinha aqui em cima nesse DNOCS aqui, então tinha só esses 'galpão'... aí que era do DNOCS, dos guarda 'nera?', que vigiava aqui o açude. E então a gente 'cheguemo', foi um dos 'primeiro' [...]. Nós chegamos aí e 'ficamo' pescando e ele vendendo o peixinho em Arapiraca... e daí foi chegando mais gente, aí foi construindo mais barraca, depois o dono desses 'terreninho' aí que tem essas 'casa' deu esses 'pedacinho', era uma tirinha de terra... aí ele deu 'pro' povo fazer casa 'né?'... que ainda hoje 'tá' todo mundo apoiado aí nessas 'casinha', era pescando vendendo o peixinho em Arapiraca, daí foi chegando mais gente, foi chegando mais gente, foi gerando mais pescador, e hoje 'tá' aqui uma vila de casa 'né?'... que antigamente era só dois 'barraco'. (Entrevistada A, dia 16/09/2016).

Essa narrativa confirma a observação de Diegues (1983) e Kuhn (2009) quanto às atividades da pesca estarem intimamente relacionadas com as atividades da terra. Ao mesmo passo que as ações espaciais foram se formando no ambiente da água, o uso do solo, no seu entorno, passou por uma reorganização espacial mesmo que precária e pouco assistida nessa fase pelo Estado.

Práticas de desmatamento, plantio, roçado perpassaram as ações iniciais do pescador, que assumiu duplo caráter por entender que não tinha outra forma de acessar água se não fosse pela terra. Não articulados, desprovidos de informações técnicas, as iniciais ações estavam soltas, ao passo que continuava a migração de todos os lugares, visto que:

[...] aqui era o açude muito grande, muito cheio, muita madeira, muito peixe, aqui era peixe muito, aqui era peixe que zuava, de noite você via a bagaceira de zuada, mas era de peixe dentro desse açude, o peixe era zuada [...]. (Entrevistada A, dia 16/09/2016).

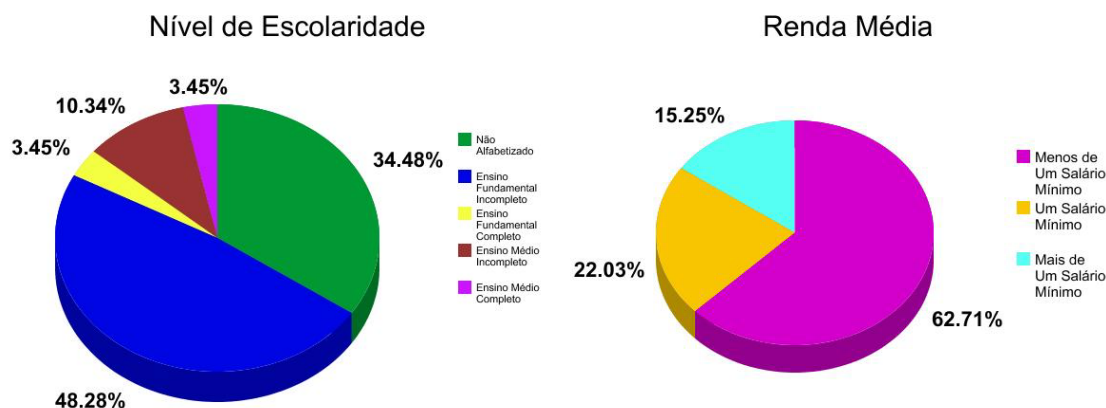
Nos anos 1990, foi criada a colônia de pescadores, porém, não houve adesão por parte dos envolvidos com a pesca, em virtude do não entendimento das vantagens da organização social ou ainda pelo valor mensal que era cobrado, que segundo o primeiro presidente, que hoje se encontra aposentado, era de R\$ 2,00 (dois reais) por associado ao mês.

De acordo com os relatos, as tentativas de articular a comunidade foram árduas e de difícil entendimento, esses desencontros entre os próprios pescadores gerou a desarticulação da Colônia que perdeu sua validade institucional saindo da nomenclatura Z-30A e passou a ser Z-29⁴ por meio de nova eleição e escolha de nova equipe de gestão.

⁴ De acordo com o presidente da Colônia a desarticulação da primeira gestão culminou no atraso da documentação de registro perdendo a nomenclatura Z-30A. Nessa nova fase com a parte burocrática resolvida a colônia passa a ser reconhecida como Z-29.

Vale ressaltar, que até o ano de 2013, a colônia não possuía uma estrutura física para realizar suas reuniões, que eram realizadas às sombras de árvores próximas ao açude. Inclusive, o prédio só foi construído no mandato do atual presidente, que foi reeleito em agosto de 2016. Nota-se que a colônia só existia no papel até esse momento e seus membros estavam pouco empoderados de informações de como capturar, via incentivos governamentais e/ou privados, projetos viáveis para a comunidade.

Gráficos 01 e 02: Nível de escolaridade e renda média dos moradores da Comunidade de São Pedro



FONTE: NETTO, João Lúcio de Moraes Gomes; VIEIRA, Carlos Eduardo dos Santos. 2016.

Conforme questionários aplicados *in situ*, a comunidade possui um perfil socioeconômico de estrato social baixo. Segundo o Gráfico 01, cerca de 48.28% dos entrevistados possuem o ensino fundamental incompleto e 34.48% não foram alfabetizados precarizando o cenário social da comunidade. Aliados a essa informação, o Gráfico 02 mostra que 62.71% dos moradores sobrevivem com menos de um salário mínimo.

Inicialmente, podemos afirmar que essas condições sociais contribuem para um ambiente de pouca atuação e entendimento em relação à articulação cooperativista, sendo a pouco ou escassa informação um dos entraves mais relevantes.

Essa compreensão do poder da articulação da comunidade nos é interessante por entendermos que as cooperativas são uma ferramenta importantíssima para a integração/inclusão social; ferramenta que possibilitaria um aumento na renda, manutenção de suas famílias e ainda evitariam o crescente êxodo rural no município de Jaramataia, fato que ameaça a médio e longo prazo extinguir com o vasto acervo de conhecimento empírico e oral

que os pescadores artesanais cultivaram/adquiriram geração por geração, como o ciclo de vida dos peixes, seus ritmos e territórios.

Inicialmente os pescadores não recebiam o seguro defeso – benefício pago pelo governo federal ao pescador profissional artesanal que fica proibido de exercer a atividade pesqueira durante o período de defeso, que é o período de reprodução dos peixes – e nesta época, eles geralmente procuravam outra fonte de renda para manter a sobrevivência da família.

No período do seguro defeso as relações com a água são freadas enquanto as relações com a terra se intensificam, por que para estes pescadores não existe nenhum período no ano, exceto às grandes estiagens que minimizam ações de trabalho seja em água seja em terra.

Identidade e cotidiano na Colônia

Falar do cotidiano é falar do homem em seu estado mais natural, da sua luta para sobreviver, das questões do dia a dia, dos fatos às vezes vistos como banais, insignificantes, invisíveis quando observados de escalas de análise maiores, mas que no fim das contas são imprescindíveis para compreender a vida em sociedade (DURAN, 2007).

Segundo Certeau (1994), o cotidiano é aquilo que nos é imposto a cada dia, que nos é dado, que nos oprime e pressiona, aquilo que nos prende intimamente a partir do interior, é a história não contada nos livros, é o murmúrio das sociedades. Em nosso estudo de caso, o cotidiano está na repetição de ações, atividades, processos criados e reproduzidos na Colônia de pescadores da comunidade de São Pedro, tanto um cotidiano “hidratado” pelas ações desenroladas em água ou “solidificadas” em práticas terrestres.

Lefebvre (1967) dirá que é no íntimo da vida cotidiana, nas relações mais internas dentro da casa, no plantar, no sair para pescar, nas relações nas ruas da comunidade, longe dos mistérios, é que encontramos a verdadeira realidade, pois é lá onde se passam as genuínas mudanças e por isso a ciência deveria se tornar um estudo da vida cotidiana, pois a trajetória de nossas vidas do nascimento até a morte se passa em uma cotidianidade.

Certeau (1994) nos mostrará ainda que é o “homem ordinário” que inventa seu cotidiano modelando sua realidade de mil maneiras, escapando de forma silenciosa da conformação, permitindo que mantenha assim suas origens, tradições, e seus conhecimentos obtidos através da empiria e dos contos orais passados de geração a geração; esta invenção do

cotidiano se dá por meio do que o autor vai chamar de “artes de fazer”, “táticas de resistência”, “astúcias sutis”.

É pensando nisso que nos propusemos a estudar o cotidiano da comunidade pesqueira tradicional nas margens do açude em Jaramataia que, na última década, vem registrando diminuições significativas na captura do pescado, buscaremos entender como os moradores conseguem mesmo com inúmeras dificuldades, manter suas origens e perpetuar sua cultura, além de bordar suas identidades e cotidiano.

Segundo BRASIL (2007), as comunidades tradicionais são grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam territórios e recursos naturais como condição para a sua produção cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

Para Diegues (2000), um dos critérios essenciais para definição de cultura ou povos tradicionais, além do estilo de vida, é o fato de reconhecer-se como pertencente àquele grupo social. Estas comunidades se diferenciaram daquelas associadas ao modo de produção capitalista, em que além da força de trabalho, a própria natureza se transforma em objeto de compra e venda, desta maneira e representação do mundo natural e seus recursos são essencialmente diferentes possuindo outra lógica de relação/produção/apropriação do espaço. O pesquisador Silva (2015) que realizou sua incursão de campo em Pão de Açúcar- AL, sua cidade natal, descreve essa familiaridade quando se assume ser

Pertencente a famílias de pescadores, desde cedo aprendi a olhar o rio e a pesca como sendo fundamentais para o meu desenvolvimento enquanto ser humano (indivíduo) e enquanto membro de uma sociedade (coletividade) que se organiza em torno da pesca, das condições diferenciadas que o rio e seus recursos são exaltados, valorizados e respeitados, que condiciona a vida de cada um, as idas e vindas, dos espaços habitados. (SILVA, 2015, p. 02).

Para estes grupos sociais, em especial para os pescadores artesanais, o espaço possui mais valor de uso. A lógica que se contrapõe a esta é a lógica dos grandes agentes do capital, que veem o espaço como valor de troca. E esse é o pano de fundo no qual é promovido o embate entre as distintas lógicas de relação/produção/apropriação do espaço socialmente construído, o objeto de estudo da Geografia (KHUN, 2009).

Os pescadores da Comunidade de São Pedro é um grupo que atrelado ao seu espaço produziu suas formas de vida, seus modos de consumir e de sobreviver, por isso mesmo estão

no seu espaço pelo valor de uso, se diferenciando dos moldes de produção e consumo do capitalismo por reivindicar o espaço com as atividades pesqueiras de outro modo de produção/apropriação/reprodução mais orgânico, comunitário e subsistente.

Dessa maneira, não se está afirmando que os pescadores artesanais negam os marcos do capital (aliás, isso nem é uma questão mencionada pelos pescadores), mas apenas que tais sujeitos sociais possuem maneiras de lidar com o tempo de trabalho e o de lazer oriundas de um modo de vida fundamentado em relações materiais e simbólicas típicas de grupos sociais que se apoiam em uma fecunda contra racionalidade (BRANDÃO, 2007, p. 42), distinta da racionalidade da economia moderna, em que, de acordo com a lógica existencial dos grupos tradicionais, a própria economia é uma das muitas dimensões de uma cultura (idem, p. 55), que cruza valores morais, estéticos e sociais não similares aos do mundo dos negócios. (RAMALHO, 2015, p. 194).

De acordo com Khun (op. cit) as atividades pesqueiras, sobretudo a artesanal está diretamente ligada às atividades relacionadas à terra, seja para garantir acesso à água, complementar renda ou para preservar uma tradição que se exprime em um modo de vida particular. O conjunto de saberes que formam a estrutura da pesca artesanal diferenciam-se em função do sexo dos pescadores, da idade, do ambiente onde pesca é praticada e dos métodos utilizados na captura. Deste modo podemos ver, de acordo com Peixoto (2011, p. 110), que a pesca não consiste apenas em capturar peixes, ela é “uma construção de relações sociais na terra e na [água], marcadas por identidades, conflitos e contradições, que envolvem não somente os grupos pesqueiros, mas outros tantos agentes sociais, com interesses divergentes” ou despreocupados com as condições de vida dos pescadores.

Essas construções, dentro do cotidiano, enlaçam identidades de íntima relação, ao longo do tempo, com as tecnologias do pescado imbricado no saber-fazer e ser pescador. A criatividade, relacionada o saber acerca das técnicas da pesca bem como o domínio sobre as condições da temperatura da água, mudanças meteorológicas, dinâmicas de vento/brisa, ou seja conhecimento e reconhecimento dos recursos naturais, conferem a essa comunidade habilidade diferenciada, mesmo com a individualidade da pescaria, entre a terra e a água represada pelo DNOCS.

Essas relações se aprofundam na elaboração de identidades complexas, resultante dessa troca de energia dialética entre terra e água, inferindo numa construção simbólica que é potencializada pelas especificidades da linguagem, contatos sociais rebatendo diretamente no espaço vivido e sedimentado pelo tempo, como fator de consolidação dessas identidades. Para Sahlins (1987) essa reprodução do cotidiano está concomitantemente assentada entre o fazer e

o tempo, o fazer-se pescador e o tempo empregado para essa atividade, contemplando suas subjetividades nas mudanças dos dias e os recursos naturais envolvidos.

O aprendizado não é forçado e nem tão pouco se transmite através de instruções normativas rígidas, é algo natural e transmissível como herança que merece ser resguardada, assim é, nas relações pesqueiras em Pão de Açúcar. Percebe-se que há ainda nos estaleiros, a presença das práticas costumeiras, das trocas de saberes entre os mestres fazedores de canoas, mas também entre os pescadores, que dividem o espaço com os equipamentos da pesca e com canoas e botes. (SILVA, 2015, p.10).

No caso do Povoado de São Pedro os moradores estão quase em sua totalidade envolvidos de forma direta com a pesca, seja na captura de peixes, na limpeza, fabricação dos barcos, tecendo redes/tarrafas, vendendo sua produção de excedente nas feiras livres das cidades vizinhas. Existem casos em que o pescador ou pescadora realiza todas estas atividades ou pelo menos grande parte delas. Para além disso, por meio de nossas visitas de campo, observamos não apenas uma prévia divisão social do trabalho, mas também aspectos relevantes à divisão sexual desse trabalho, assim cerca de 48.28% dos moradores da comunidade são mulheres, uma parte dessas sustenta a casa com seu trabalho diversificado na ausência do cônjuge, contra 51.72% dos homens, que além da pesca desempenham outras tarefas manuais de vínculo com a terra que chamam de “bico”.

Na pesquisa, Rios (2013) aponta que:

A antiga concepção de que a pesca era atividade somente dos homens, foi transformada, principalmente, após o reconhecimento próprio das mulheres enquanto pescadoras artesanais. Pois a partir desse reconhecimento particular, estas passaram a ocupar seu papel na luta e na defesa dos seus direitos frente à sociedade. (RIOS, 2013, p. 3).

Antes de darmos início aos nossos trabalhos de campo com entrevistas e observações mais detalhadas da nossa área de estudo, acreditávamos que a pesca era uma função destinada aos homens, e que as mulheres ficavam incumbidas da limpeza do que era capturado e da confecção de redes e tarrafas, porém para nossa surpresa, vimos que além delas participarem ativamente da pesca, saindo em alguns casos sozinhas de suas casas para ir ao açude, elas ainda tratam e limpam, participam da confecção de materiais destinados a pesca, e na maioria dos casos elas ainda são as responsáveis pela venda de sua mercadoria nas feiras livres, isso tudo sem deixar de lado os serviços domésticos e familiares.

Sobre a divisão do trabalho de acordo com a idade, detectou-se a partir de questionários que as atividades relacionadas à pesca estão distribuídas entre todas as faixas etárias, os moradores tendem a trabalhar na pesca até conseguirem se aposentar, e em alguns casos, mesmo aposentados certos moradores continuam a participar das atividades pesqueiras.

Outro aspecto muito importante e que é indispensável para compreender o cotidiano da nossa área de estudo é a religiosidade que, como já nos alertava Khun (2009), é uma das marcas de comunidades pesqueiras tradicionais. Esta mística que envolve a comunidade pode ser observada na presença de artigos religiosos, como terços, bíblias, porta-retratos e imagens de santos católicos em quase todas as casas que visitamos.

Uma das datas mais importantes para a comunidade é o dia 29 de junho, dia em que se comemora a festa de São Pedro, o padroeiro do povoado. A festa é marcada por atividades que dialogam entre o sagrado e o profano, em que os cortejos começam ainda no dia anterior ao do Santo, com diversas atividades esportivas como disputas de canoas, jegue, pedestres e torneios de futebol, além de apresentações culturais com danças juninas. Durante a noite a comunidade se reúne na capela para louvar e agradecer a São Pedro pelas bênçãos alcançadas em seu tríduo de festa. No final da noite a festa profana ganha, de novo, espaço na principal rua da comunidade.

Associado a essas atividades, no dia seguinte, o evento principal é a procissão das imagens de Nossa Senhora Aparecida e de São Pedro, que se inicia na igreja e vai até o açude. A procissão ilustra a dialética entre terra e água, quando em mística os pescadores pedem que as bênçãos em forma de chuva e fartura sejam lançadas sob as águas do açude no fornecimento da fartura dos peixes, bem como, na produção de agricultura de subsistência.

Para tanto as imagens percorrem um trecho em terra até alcançar o que para eles é o primeiro portal de acesso às águas do açude, lá encontravam-se ancorados canoas onde as imagens recebem altares flutuantes e percorrem os 4 pontos mais importantes de toda extensão do açude, que quando cheio é sinal de abundância hídrica e voltam mais uma vez para terra, iniciando-se novo percurso de volta a igreja local. Durante todas essas etapas, os moradores entoam cânticos em homenagens aos santos quase que ininterruptamente, os mais devotos fazem questão de ir com os pés descalços por todo cortejo, como forma de demonstrar sua devoção e gratidão ao santo padroeiro.

Apesar de toda tradição é preciso destacar aqui, que nos últimos anos o êxodo rural tem crescido significativamente, mesmo os pescadores tendo conquistado alguns benefícios

para a categoria – isso no âmbito de Brasil – há ainda uma migração significativa. Adolescentes e até mesmo adultos estão optando por mudar-se para centros urbanos luminosos, conforme Santos (2001), áreas rurais de expansão agrícola no Mato Grosso ou ainda lavouras de cana de açúcar e café em Minas Gerais em busca de melhores condições de vida, pondo em risco a perda do acervo de saberes empíricos que foram adquiridos e passados oralmente de geração para geração.

Essa diáspora nos ficou ainda mais clara quando no último dia de São Pedro, antes mesmo da procissão, dezenas de moradores da comunidade, todos homens jovens, deram adeus a sua terra e partiram em busca de ascensão social no centro sul do país.

A cadeia produtiva do pescado: estruturação e organização na Comunidade São Pedro

Com particular modo de vida, a comunidade em estudo, que é dependente da imprevisibilidade e a mobilidade dos recursos pesqueiros, possui uma pequena e complexa rede de colaboração na divisão do trabalho⁵. Como não há processamento tecnológico do recurso pesqueiro, sem nenhum grau de industrialização e predomínio de formas peculiares de pagamento, a forma do trabalho recebe outra conotação na Comunidade de São Pedro caracterizando-se como não capitalista, pois:

O trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele se põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços, pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. (ANTUNES, 2004, p. 29-30).

Por meio das observações de campo, tanto na pesquisa quanto nas ações extensionistas, notamos que esses sujeitos reproduzem um ritmo de vida no qual o trabalho não se encontra alienado, como nas relações mercadológicas típicas do modo de produção capitalista. O trabalho é sobrevivência e não uma ação que tem por objetivo a acumulação dos recursos auferidos.

Para ilustrar a cadeia produtiva de pesca realizamos uma sistematização generalizante com o objetivo de identificar os sujeitos, suas funções dentro da complexa rede do cotidiano

⁵ Apesar de atender a uma perspectiva capitalista mercadológica o uso do conceito “cadeia produtiva” também pode ser aplicado para a realidade pesqueira artesanal como nos aponta Almeida (2012).

dessa comunidade, mas que se conecta com outras escalas e outros espaços. Baseados na pesquisa de Almeida (2012), percebemos, por meio de entrevistas semi-estruturadas e observação *in loco* os seguintes grupos:

1. **Fornecedores de insumos:** empresas especializadas em comercializar os produtos utilizados na pesca, tais como linha de náilon, tabuleta, agulha, formão, trena e prumo;
2. **Carpinteiro:** os sujeitos responsáveis pela construção das canoas, possuidores de vasto conhecimento na lida com madeira no seu estado natural (madeira maciça);
3. **Tecedeira:** grupo restrito às mulheres que são responsáveis pela produção de redes e tarrafas;
4. **Pescador e/ou Pescadora:** grupo não restrito à presença dos homens. Em nosso estudo de caso, conforme já foi apontado, muitas mulheres realizam essa função, a qual está para além do simples ato da pesca; uma vez que são os/as donos/as dos barcos ou mesmo o dono/a da maior participação de lucros oriundos da pescaria.
5. **Remador e/ou Remadora:** parceiros ou parceiras que auxiliam no deslocamento da canoa dentro do açude. Em virtude da instabilidade da canoa no momento do arremesso da tarrafa, esse sujeito se torna imprescindível.
6. **Tratadoras do peixe:** mulheres que tratam o pescado. Essa atividade é realizada essencialmente por mulheres, sendo agregada a limpeza (evisceração) dos peixes, retiradas de escamas e das vísceras para serem vendidas nas feiras livres.
7. **Feirantes:** aqueles que vendem nas feiras locais das cidades vizinhas sua produção de excedente. No nosso caso de estudo, as feiras mais atrativas são as do município de Arapiraca, Folha Miúda, Lagoa da Canoa, Batalha, Craíbas, além da feira dominical em Jaramataia.
8. **Cambistas:** atravessadores que compram a produção dos pescadores e fazem a entrega do peixe em comunidades rurais circunvizinhas de porta em porta, tais como Fazenda Nova, Altão, Igrejinha, Cágados, Campo Alegre e Fé em Deus.

Conclusão

Diante desse cenário, percebemos que a pesca artesanal produz uma forma de trabalho tão diferente que tensiona/contradiz/complexifica as condições casuais do modo de produção capitalista na perspectiva neoliberal, como abordou Ramalho (2015). Em essência, o saber relacionado a pesca trata-se de uma arte milenar materializada não apenas em ações, como também em instrumentos de trabalho feitos à mão, respeitando os territórios de terra e água por meio de construções simbólicas cotidianas que preservam os recursos naturais.

A identidade pescador é tecida no banal do cotidiano em virtude dos fortes laços de vínculo de pertencimento e convívio entre os territórios de terra e água, em que saberes se reproduzem pela oralidade e práticas são passadas entre familiares, parentes e vizinhos numa batalha incessante para manutenção de suas memórias.

Essa dinâmica do vivido, além de ressignificadas, permitiu a eclosão da territorialidade de um povo acampado, que dentro de uma totalidade borda um cotidiano de relações de poder, além de evidenciar outras dimensões sociais como nos alerta Saquet, citado por Kuhn (2009), quando elenca “a economia (E), a política (P), a cultura (C) e as relações do homem vivendo em sociedade com sua natureza exterior (N)” (KUHN, 2009, p. 19).

Nessa esfera ficam imbricadas as relações de subjetividade, marcadas por forte tradicionalidade, mas interseccionadas ao papel político da organização da vida da comunidade, de seu sistema artesanal de produção e sobrevivência além de práticas cognitivas e culturais que são transmitidas oralmente e asseguram a reprodução de seu modo de vida, (DIEGUES, 2004). No jogo dos antagônicos, presentes nas territorialidades pesqueiras, o Estado é um dos principais agentes tensionadores. Sua atuação visa desarticular o cotidiano orgânico e para isso se utiliza de suas instituições, visualizadas na prestação precária de serviços e na desarticulação de políticas públicas emancipatórias. As ausências, sejam elas de infra estrutura ou oportunidades, acendem um forte desejo entre os jovens de abandonar a colônia para residir nas cidades ou em outros complexos agropecuários mais equipados. Além disso, podemos destacar o papel sutil dos cambistas, sua atuação em aglutinar a produção retira dos pescadores a possibilidade de maior lucro e ampliação de redes mercadológicas. Percebemos que os pescadores não os compreendem como atravessadores e não percebem os desfalques nas margens de lucro. Como os cambistas se deslocam em busca da produção, o pescador entende como comodidade o repasse da produção e a perda da articulação comercial.

Apesar dessa pressão, a organização dos pescadores em forma de colônia tem sido a principal estratégia para melhoria das condições de suas vidas e segundo Santos (2010) eles trabalham numa lógica diferente do Estado e dos proprietários de terra, porque possuem outros objetivos. Esse movimento contraditório entre os agentes “turbilhona” a ciência geográfica, pois é no território que esses objetivos antagônicos se materializam. E sobre essas forças que movem o território, destacamos a resistência desses agentes movidos pela busca de reconhecimento em saber, fazer e ser pescador.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Ricardo Santos de; PONTES, Ariane de Almeida; SANTOS, Cirlene Jeane Santos. **A complexa tessitura da cadeia produtiva da pesca artesanal na Comunidade Tradicional Vila dos Pescadores de Jaraguá, Maceió/AL**. In: I Seminário Nacional de Geocologia e Planejamento Territorial e IV Seminário GEOPLAN. Conflitos Ambientais e Territoriais: pesca e petróleo no litoral brasileiro. Anais do I Seminário Nacional do Grupo de Geocologia e Planejamento Territorial e IV Seminário do GEOPLAN. São Cristóvão/SE: Grupo de Pesquisa em Geocologia e Planejamento Territorial da Universidade Federal de Sergipe, 2012, p. 01-10.

ALMEIDA, Ricardo Santos de; PONTES, Ariane de Almeida ; SANTOS, Cirlene Jeane Santos . **Comunidade Vila dos Pescadores de Jaraguá- Maceió/AL - Resistência na apropriação e uso do espaço**. In: II Encontro Nacional e VII Fórum Estado, Capital, Trabalho: A atual geopolítica mundial e a falácia do fim da crise, 2013, São Cristóvão/SE. Anais do II Encontro Nacional e VII Fórum Estado, Capital, Trabalho: A atual geopolítica mundial e a falácia do fim da crise. São Cristóvão/SE: UFS, 2013, v. 1. p. 01- 15.

ALVES. Taíse dos Santos. **Da organização a produção do espaço pesqueiro: a pesca artesanal em Vera Cruz (BA)**. In: VII Congresso Brasileiro de Geógrafos, 2014, Vitória. VII Congresso Brasileiro de Geógrafos: A AGB e a Geografia brasileira no contexto das lutas sociais frente aos projetos hegemônicos?. Vitória: EDUFES, 2014, v. 1. p. 01-10.

ANTUNES, Ricardo. **A dialética do trabalho**. Escritos de Marx e Engels. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

BRASIL. **Decreto nº 6040, de 07 de fevereiro de 2007**. Institui Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Diário Oficial, Brasília, DF, 07 fev. 2007.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1, Artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHAGAS, Clerisvaldo. **Jaramataia: Crônica nº 822, 2012**. Disponível em: <<http://clerisvaldobchagas.blogspot.com.br/2012/07/normal-0-21-false-false-false-pt-br-x.htm>>. Acessado em 18 set. 2016.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar.** São Paulo: Ática, 1983.

DIEGUES, Antônio Carlos. (Org.). **Os saberes tradicionais e a biodiversidade no Brasil.** São Paulo: NUPAUB; PROBIO-MMA, 2000.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana. **A pesca construindo sociedades:** Leituras em antropologia marítima e pesqueira. São Paulo: Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas, e Áreas úmidas/USP, 2004.

DNOCS. Disponível

em:<http://www.dnocs.gov.br/php/canais/recursos_hidricos/fic_tec_reservatorio.php?codigo_reservatorio=73&descricao_reservatorio=A%E7ude+P%FAblico+Jaramataia> Acesso em 10 dez. 2016.

DURAN, Marília Claret Geraes. **Maneiras de pensar o cotidiano com Michel de Certeau.** Diálogo Educacional, 7 (22), 2007, p. 115-128.

FOUCAULT, Michel. **De outros espaços.** In: Ditos e Escritos III. Estética: Literatura e Pintura, Música e Cinema. Tradução de Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

GERMANI, Guiomar I. Questão agrária e movimentos sociais: a territorialização da luta pela terra na Bahia. In: COELHO NETO, A. S et al (Org.). **(GEO) grafias dos movimentos sociais.** Feira de Santana: UEFS, 2010.

GOOGLE EARTH. Disponível em:

<<https://www.google.com.br/maps/place/Jaramataia,+AL/@-9.6621196,-37.0116198,15.25z/data=!4m5!3m4!1s0x7060a50f71f3e1f:0x7fff605fe80f1419!8m2!3d-9.6626695!4d-37.004892>>. Acesso em 18 set. 2016.

KUHN, Ednizia Ribeiro Araújo. **Terra e água:** Territórios dos Pescadores artesanais de São Francisco do Paraguaçu – Bahia. 173f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2009.

LEFEBVRE, Henry. **Metafilosofia.** Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1967.

PEIXOTO, Ana Carolina Beltrão. **Pescador de ilusões:** o trabalho artesanal e a sustentabilidade do desenvolvimento em comunidades pesqueiras nos municípios de Pão de Açúcar e Olho d'água do Casado, no Baixo São Francisco alagoano. – Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. UFPE, 2011.

RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto. **O sentir dos sentidos dos pescadores artesanais.** In: Revista de Antropologia, São Paulo: USP, 2011, v. 54, n. 1.

RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto. A desnecessidade do trabalho entre pescadores artesanais. In: **Sociologias**, Porto Alegre, jan/abr 2015, ano 17, n. 38, p. 192-220.

RIOS, Kássia Aguiar Norberto. **Conflitos e resistência**: comunidades tradicionais pesqueiras da Bahia. Cadernos do CEAS, 2016, v. 1, p. 347-364.

RIOS, Kássia Aguiar Norberto; GERMANI, Guiomar Inez. **Especialização da atividade pesqueira no estado da Bahia**: um olhar sobre a organização dos pescadores (as) artesanais. In: II Seminário Nacional Espaço Costeiros, 2013, Salvador. Anais do II Seminário Nacional Espaço Costeiros. Salvador, 2013. v. 1. p. 1-17.

SAHLINS, Marshall David. **Ilhas de história**. Tradução: Barbara Sette e Jorge Zahar. Rio de Janeiro, 1987.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. HUCITEC: São Paulo, 1996.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. São Paulo, Editora Record, 2001

SANTOS, Edinúzia Moreira Carneiro; SILVA, Onildo Araújo. da **Agentes sociais de produção do espaço rural no Território do Sisal - Bahia**. Revista Campo - Território, v. 6, p. 71-88, 2010.

SENE, Eustáquio de. **Geografia geral do Brasil**, volume 3: espaço geográfico e globalização: ensino médio / Eustáquio de Sene, João Carlos Moreira. São Paulo: Scipione, 2010.

SILVA, Igor Luiz Rodrigues da. **Sem peixe não há pescador, sem pescador não existe tradição**: uma investigação antropológica da pesca artesanal na cidade de Pão de Açúcar-Alagoas. In: V Reunião Equatorial de Antropologia (REA) e XIV Reunião de Antropólogos Norte e Nordeste (ABANNE). Maceió, Alagoas, p. 1- 17, 2015.

TORRES, Haroldo Gama. **A demografia do risco ambiental**. In: TORRES, Haroldo da Gama; COSTA, Heloisa. (org). População e meio ambiente: debates e desafios. São Paulo: Senac, 2000. p. 53-73.

VERAS, Gustavo de Macedo. **Pescadores artesanais marítimos de Alagoas**: O papel do Direito na busca da sustentabilidade. 1. ed. Maceió: EDUFAL, v.1, 2015.